

DESAFIOS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS DE EJA EPT NO BRASIL: REALIDADE E DISTANCIAMENTOS

[Martina Isnardo Gusmão](#)

Thais Docki da Silva

Mariglei Severo Maraschin

RESUMO

A pesquisa propõe uma reflexão sobre a implementação das políticas de EJA EPT no Brasil. A partir dos dados da plataforma Nilo Peçanha, da legislação e do embasamento teórico de outros pesquisadores, faz-se uma retomada histórica dessas políticas, para observar em que sentido foram efetivamente implantadas como política educacional, não apenas como programa. Apresenta-se ainda a demanda em um momento de silenciamento dessa importante modalidade de ensino, para ressaltar a necessária continuidade como proposta pedagógica.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas públicas; EJA EPT; aproximações; distanciamentos.

CHALLENGES FOR IMPLEMENTATION OF EJA EPT POLICIES IN BRAZIL: REALITY AND DISTANCE

ABSTRACT

The research proposes a reflection on the implementation of EJA EPT policies in Brazil. From the data of the Nilo Peçanha platform, the legislation and the theoretical basis of other researchers, we make a historical resumption of these policies, to observe in what sense they were effectively implemented as an educational policy, not just as a program. It is also presented the demand in a moment of silence of this important modality of education, to emphasize the necessary continuity as pedagogical proposal.

KEYWORDS: Public policy; EJA EPT; approximations; distances.

1 INTRODUÇÃO

A Educação Profissional no Brasil tem passado por profundas transformações ao longo da história. Por isso, entende-se necessária uma avaliação para se perceber de que forma as políticas propostas na legislação vêm sendo implantadas no sistema educacional brasileiro.

Assim, faz-se uma retomada dos documentos legais de políticas de EJA EPT no Brasil, comparando-os com os dados da Plataforma Nilo Peçanha, para avaliar quais ações já foram implementadas e quais ainda não se concretizaram, e se tais resultados têm contribuído para os avanços da Educação Profissional e Tecnológica integrada à Educação de Jovens e Adultos.

Apesar da existência de políticas educacionais voltadas para as crianças e adolescentes, constata-se que não tiveram a garantia de condições da plena implementação, principalmente para a demanda oriunda das camadas pobres e trabalhadoras, acarretando assim em enorme número de sujeitos que não tiveram acesso à escolaridade na idade adequada. Dessa forma, milhões de brasileiros, jovens e adultos, passaram a integrar a classe trabalhadora, com formação precarizada, precisando ocupar trabalhos com baixos salários, aumentando ainda mais os distanciamentos sociais, próprio de um modelo excludente e seletivo.

Entretanto, nos últimos meses, observa-se um vácuo nos discursos referentes às propostas de ações da EJA EPT, tanto nas já existentes quanto em novas que deveriam estar em discussão nos campos político e educacional. Assim, há de se perguntar qual seria a intencionalidade quanto a esse silenciamento, o que estaria implícito na não oferta ou na oferta precarizada da educação para esses sujeitos já tão desfavorecidos por outras políticas na educação, o que se quer com a continuidade dos distanciamentos sociais aprofundados pela não escolarização de alguns em contrapartida com a qualificação de outros?

No intuito de encontrar respostas a esses questionamentos, tomaram-se como parâmetros os dados de oferta, matrícula e evasão da EJA EPT nacional, para perceber em que sentido faz-se necessário o maior fortalecimento e a expansão nas regiões brasileiras. Tendo como base os dados entre 2018 a 2019, pôde-se ter um panorama do desenvolvimento das políticas de EJA EPT no Brasil.

A EJA EPT tem um importante papel na formação de sujeitos que retornam aos bancos escolares para buscar melhores condições de trabalho e desenvolvimento pessoal. Por isso, é necessário que seja vista não apenas como uma ação para atender interesses em jogo. Para Maraschin (2019, p. 67), é perceptível que o estado assume a regulamentação das políticas para o mercado, muitas vezes criando a ilusão de que é para os trabalhadores. Ao contrário, deve ser uma política voltada para a formação integral do trabalhador-estudante, para que ele possa realizar o próprio projeto de vida, alicerçado em uma educação realmente de qualidade, integral e gratuita para, a partir dela, ser agente de transformação social.

2 EJA EPT NO BRASIL: DESAFIOS E APROXIMAÇÕES

A formação do trabalhador no Brasil começou desde os tempos mais remotos da colonização, tendo como os primeiros aprendizes de ofícios os índios e os escravos, e “habitou-se o povo de nossa terra a ver aquela forma de ensino como destinada somente a elementos das mais baixas categorias sociais” (FONSECA, 1961, p. 68).

É perceptível a convicção, já de tempos remotos, de que deva haver dois tipos de ensino claramente separados em técnico e propedêutico, destinados aos sujeitos da classe trabalhadora e aos de classes mais altas respectivamente. E é essa constatação que dá norte às discussões desta pesquisa, pois os resultados dessa bifurcação têm alargado cada vez mais as distâncias entre as classes sociais, que acarreta em um desenvolvimento desigual.

Cunha (1991, p. 182 apud Vieira, 1985, p. 100), aponta um quadro do pensamento juscelinista nesse setor. Diz o autor que, em 1956, grande ênfase era colocada sobre as escolas técnico-profissionais, "onde se formariam empregados qualificados que se destinariam aos inúmeros setores da produção econômica". A educação profissionalizante serviria para integrar o homem na almejada civilização industrial. Juscelino visualizava um ensino secundário com maiores possibilidades de opções, além da tradicional via de acesso ao ensino superior.

Ainda Cunha (1991, p. 182 apud Vieira, 1985, p. 101), diz que para Kubitschek “os estudos predominantemente intelectuais” deveriam ser reservados apenas àqueles jovens que demonstrassem possuir “vocaçãõ” para tal caminho. Assim, informa o autor que, entre os anos de 1957 e 1959, os recursos federais destinados aos cursos industriais de nível médio sofreram uma quadriplificação.

Entretanto, a não aceitação de que a educação técnica deva meramente servir para formar mão de obra voltada para suprir as necessidades do mercado é que tem suscitado importantes reflexões sobre a educação profissional e, muito mais, as integradas à educação de jovens e adultos, as quais, além da formação profissional, têm o desafio de ofertar aos trabalhadores-estudantes uma educação de tal forma instigante, para que eles tenham vontade para permanecer.

2.1 A Plataforma Nilo Peçanha

A Plataforma Nilo Peçanha foi criada e implementada no ano de 2018, sendo um ambiente virtual que reúne as informações acadêmicas e de gestão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Estão disponibilizadas informações sobre as unidades que a compõem, cursos, corpo docente, discente e técnico-administrativo, além de dados financeiros, sendo o objetivo principal da plataforma. Essas informações embasam o cálculo dos indicadores de gestão monitorados pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec) do MEC.

A PNP dispõe de dados do ano de 2018 (com base no ano 2017) e do ano de 2019 (com base no ano de 2018) em que se pesquisou, produziram-se dados referentes ao PROEJA no Brasil. No glossário da plataforma do ano de 2018 e 2019, o PROEJA está categorizado como “Tipo de Oferta” e aborda os aspectos teóricos diretamente

relacionados com o trabalho desenvolvido, detalhando os assuntos principais do estudo em questão e baseando-se nas diferentes abordagens pesquisadas na literatura (livros, teses, dissertações, artigos, trabalhos de congresso, etc.) definida da seguinte forma:

“Categorização transversal utilizada para diferenciar as formas de Ofertas de cursos técnicos e de Qualificação Profissional (FIC). E estão previstas as seguintes categorias: Integrado, Subsequente, Concomitante, PROEJA-Concomitante e PROEJA-Integrado.”
<http://plataformanilopecanha.mec.gov.br/2018.html>(Acesso em 25 de jul de 2019.)

Ciente da definição, aprofundaram-se, para discussão desta pesquisa, dados da PROEJA-Integrado, e consideraram-se fatores importantes a oferta de vagas, matrículas, relação inscritos/vagas e taxa de evasão, e avaliaram-se quais ações já foram implementadas e quais ainda não se concretizaram, e se tais resultados têm contribuído para os avanços da Educação Profissional e Tecnológica integrada à Educação de Jovens e Adultos.

2.2A Educação Profissional e Tecnológica Integrada à Educação de Jovens e Adultos - EJA EPT

O PROEJA - Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio, na modalidade de Educação de Jovens e adultos, criado pelo Decreto 5.478/2005, e a extensão para o Ensino Fundamental pelo Decreto 5.840/2006, com o objetivo da universalização do ensino básico (médio e fundamental), tratado nesta pesquisa como EJA EPT dada a relevância de estudos e movimentos para que deixe a característica de programa e se efetive como política pública, voltada para a classe de trabalhadores estudantes excluídos da escola em tempo normal.

Foco de vários debates em seminários e conferências, o programa proposto obteve a elaboração de referenciais para a reformulação da concepção de educação profissional e a tentativa de redirecionar ações e programas (Manfredi, 2016, p. 261). Tais documentos, além de intencionar a concepção de um ensino médio e da educação profissional na perspectiva integral, incluindo a formação científico-tecnológica, objetivam restaurar a educação como um direito social.

Para essa autora, as diretrizes baseiam-se em premissas político-filosóficas, que servem para orientar o ensino médio integrado, o PROEJA, a qualificação profissional e a certificação: a formação integral, a formação integrada - ensino médio e técnico e o trabalho e a pesquisa como princípio educativo.

No Documento Base da Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio, encontra-se conceito de formação integral, que permeia a organização dos cursos integrados, como o PROEJA, orientando para a emancipação política e apostando em uma formação humana que envolva as dimensões intelectual, profissional, social, ético-política, afetiva e emocional (Manfredi, 2016, p. 262).

Assim, destaca-se o conceito de formação integral, segundo o Documento Base, produzido nos encontros promovidos pelo MEC:

formação humana, com base na integração de todas as dimensões da vida no processo educativo, visando à formação omnilateral dos sujeitos. Essas dimensões são o trabalho, a ciência e a cultura. O trabalho compreendido como realização humana inerente ao ser (sentido ontológico) e como prática econômica (sentido histórico associado ao modo de produção); a ciência compreendida como os conhecimentos produzidos pela humanidade que o contraditório avanço das forças produtivas; e a cultura, que corresponde aos valores éticos que orientam as normas de conduta de uma sociedade. (Brasil, MEC, 2007).

Considera-se esse tripé formativo como um importante avanço para a organização dos currículos na oferta da EJA EPT, a partir da concepção de educação como um direito que deve ser estendido a todos, mas principalmente que se deva ofertar educação integral e de qualidade aos sujeitos que, por diversas razões, ficaram excluídos de outras modalidades de ensino, e retornam aos bancos escolares em busca da realização de um projeto de vida.

Da mesma forma, a formação integral garantirá tanto a formação profissional quanto a humana, em oposição à educação fragmentada, que objetiva a formação de mão de obra qualificada para o mercado de trabalho, sem a preocupação com o sujeito, mas que servirá ao desenvolvimento capitalista. E é a formação integral que desenvolverá sujeitos autônomos, críticos, capazes de gerir uma sociedade com mais justiça social, diminuindo assim os distanciamentos entre as classes.

Ainda há muitos desafios a serem vencidos, a fim de realmente ofertar um ensino PROEJA de qualidade e gratuito, especialmente no que se refere à organização e ao desenvolvimento de um currículo efetivamente integrado; entretanto, em muito já se tem avançado tanto na legislação quanto no interesse de pesquisadores na promoção dessa relevante política educacional voltada aos estudantes-trabalhadores. Resta então a continuidade dessa “resistência”, para que se efetive como política pública de oferta de ensino, deixando de ser meramente um programa findo.

Criada com a proposta inovadora para atender a população de jovens e adultos trabalhadores, excluídos do sistema regular, cujo objetivo é inserir/reinserir no sistema educacional essa população, esta política tem sido de resistência, pois ainda há uma demanda enorme de excluídos do sistema educacional do país.

2.3 Os desafios de um currículo integrado na EJA EPT

Maraschin (2019, p. 242) faz referência a Machado (2010) para afirmar a concepção de que um currículo integrado e a construção exige inicialmente a mudança de postura pedagógica e do modo de agir, tanto dos professores quanto dos alunos. E é sob essa ótica desafiadora que se propõe abordar o tema, pois é o trabalho pedagógico integrado que fortalece e subsidia o desenvolvimento do ensino e da aprendizagem voltados para a formação integral do sujeito. Sendo assim, todos os envolvidos no processo, especialmente os estudantes e os professores precisam se desafiar às mudanças de concepções e atitudes.

A pergunta é então: como desenvolver esse currículo voltado para a formação integral do trabalhador-estudante que busca mudança de vida profissional e humana por meio da EJA EPT? A mesma autora exemplifica o que ela aponta que seria o resultado de um trabalho pedagógico com currículo integrado, revelando a fala de um estudante que afirma ter criado coragem “para falar, para pedir aumento” (Maraschin, 2019, p. 248). Nota-se a afirmação reveladora de um sujeito crítico, ciente dos direitos que lhe cabem, em nada ou quase nada lembrando o profissional meramente “mão de obra”, indo ao encontro das premissas político-filosóficas do Documento Base.

Sendo assim, a escola desenvolverá um currículo voltado para a emancipação do sujeito como um todo, não apenas centralizando em conceitos das disciplinas. Da mesma forma, a maneira como o ensino é conduzido é determinante para a formação crítica desses sujeitos. Assim, quando os professores conseguem realizar um trabalho pedagógico em conjunto, criam mais força para mediar a formação de um sujeito crítico, comprometido, autônomo e atuante, capaz de lutar por direitos, em busca da redução dos distanciamentos entre classe dominante e classe trabalhadora.

3 METODOLOGIA

Para este artigo, utilizou-se a pesquisa com abordagem direta e produção de dados sobre o PROEJA da Plataforma Nilo Peçanha. A leitura de obras e artigos de outros pesquisadores do tema e da legislação foi fundamental para subsidiar a análise dos gráficos gerados pela Plataforma, a fim de se chegar à conclusão. Por ser uma pesquisa cuja técnica é a de produção de dados, é bibliográfica à medida que se tem acesso aos documentos disponíveis no ambiente virtual.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Com os dados da pesquisa selecionados na PNP, em um primeiro momento, buscou-se trazer aqueles disponibilizados dos anos 2018 e 2019 e, após, fez-se a comparação das mudanças que ocorreram de um ano para outro.

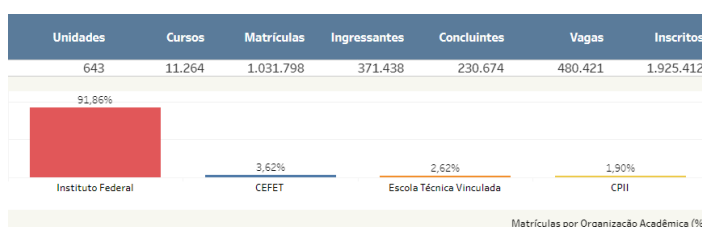


Figura 1: Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica Ano 2018.

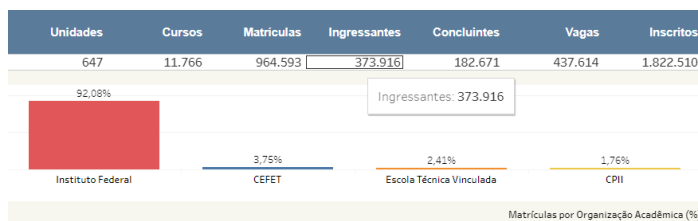


Figura 2: Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica Ano 2019.

O total de instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica no ano de 2018 era de 643, divididos em Institutos Federais, Cefet's, Escolas Técnica Vinculada e CPII, onde 91,86% são Institutos Federais, número considerável e que demonstra a importância dos IF'S para a educação profissional e tecnológica. Para o ano de 2019 se obteve um acréscimo de 4 Instituições, assim totalizando 647.

4.2 Oferta de cursos

A oferta de cursos em âmbito geral no ano 2018 era de 11.264 e para o ano de 2019 aconteceu um acréscimo para 11.766, em que se acredita ser um número considerável, pois se criaram mais 502 cursos de um ano para outro, acrescentando poder de escolha aos interessados.

Analisaram-se os dados PROEJA-INTEGRADO, após ciência do número de cursos no âmbito geral da Rede Federal, como seguem:

No ano de 2018, o número de Instituições que ofertavam PROEJA-Integrado era de 204 unidades e, para o ano de 2019, obteve-se o acréscimo de apenas 1 unidade, assim totalizando 205 Instituições, que se notasse. Mesmo tendo crescimento de 4 unidades, o número de oferta PROEJA-INTEGRADO não acompanhou.



Figura 3: Cursos ofertados PROEJA-Integrado 2018



Figura 4: Cursos ofertados PROEJA-Integrado 2019

A oferta de cursos está descrita como “Tipo de Curso”, na PNP, e dividida em 2 categorias: Qualificação Profissional (FIC) e Técnico, trouxe-se dados das duas categorias, mas a ênfase desta pesquisa esta no PROEJA-Integrado Técnico.

O PROEJA-INTEGRADO, Qualificação Profissional (FIC), com 30 cursos que equivalem a 6,41% e o restante em Técnico com 285 cursos com representação de 93,59%, onde havia um total de 315 cursos.

Para o ano de 2019, o curso de Qualificação Profissional teve um pequeno acréscimo totalizando 37 cursos que equivalem 6,32% e a nível Técnico 259 com representação 92,42%, em que se percebe uma queda de oferta de PROEJA-INTEGRADO de 26 cursos, número a ser considerado em uma relação direta de oferta de Qualificação Profissional e ínfima o seu aumento e a não oferta de 26 cursos é um número bastante considerável. Totalizou-se para este ano 296, comparado com ao anterior, percebe-se uma perda significativa de cursos ofertados.

4.3 Eixos e subeixos



Figura 5: Eixos PROEJA-Integrado 2018

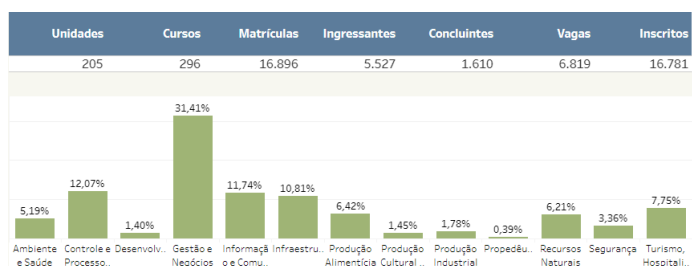


Figura 6: Eixos PROEJA-Integrado 2019

Na modalidade PROEJA-INTEGRADO, são ofertados cursos divididos em eixos e subeixos, os quais, no glossário da PNP, estão definidos da seguinte forma:

Eixo tecnológico: E o agrupamento de ações e das aplicações científicas às atividades humanas de mesma natureza, possuindo um núcleo de saberes comuns, embasados na mesma ciência e metodologias. (<http://plataformanilopecanha.mec.gov.br/2018.html> ACESSO em: 26 de Jul de 2019).

O eixo de Gestão de Negócios, no ano de 2018, foi o que teve maior número de vagas ofertadas totalizando 2.094 vagas e em segundo lugar o curso com maior oferta foi Informação e Comunicação oferecendo 840 vagas. Outros eixos ofertados são Ambiente e Saúde, Controle e Processos Industriais, Desenvolvimento Educacional, Infraestrutura (terceiro lugar de mais ofertado), Produção Alimentícia, Produção Cultural, Recursos Naturais, Segurança, Turismo Hospitalidade.

Cientes dos eixos que possuem maior oferta de vagas, percebe-se que cursos que têm menor custo são os mais ofertados, pois não necessitam de laboratórios com equipamentos caros para experimentos, computadores, suprimentos, etc...

No ano de 2019, o número de vagas ofertadas em Gestão de Negócios ainda se manteve à frente de outros eixos, embora com menor oferta do que no ano anterior, e foram oferecidas 2.032 vagas; e menor oferta de vagas no eixo de Informação e Comunicação, com oferta que deixa espaço para o eixo de Controle e Processos Industriais, com oferta de 749 vagas.

4.4 Matrículas PROEJA-Integrado

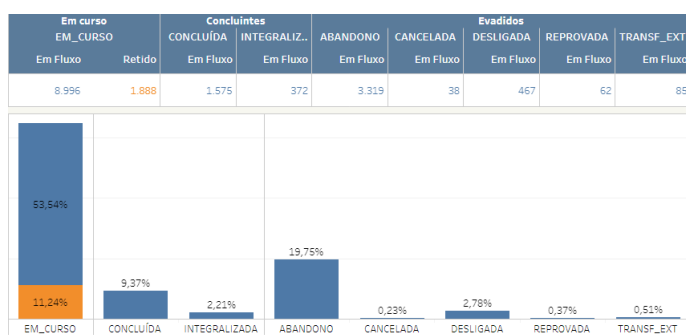


Figura 7: Matrículas PROEJA-Integrado 2018

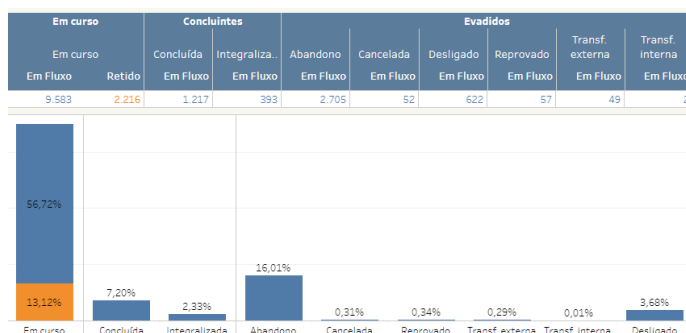


Figura 8: Matrículas PROEJA-Integrado 2019

Para um melhor entendimento do que é matrícula, buscou-se trazer do glossário da PNP a sua definição, disponibilizada da seguinte forma:

“Corresponde ao aluno que esteve com sua matrícula ativa em pelo menos um dia letivo no ano de referência. Um aluno pode ter mais de uma matrícula nesse período, caso tenha se matriculado em mais de um curso.”
 <<http://plataformanilopecanha.mec.gov.br/2018.html>> Acesso em 27 de Jul de 2019.

Estar ciente desta definição faz-se importante pelo fato de que a matrícula não significa necessariamente que o aluno está cursando, mas que fez sua matrícula para o curso escolhido dando continuidade ou não, também tendo a possibilidade de ter se matriculado em mais de um curso e continuando apenas um, ou todos.

No ano de 2018, teve-se um total de 8.996 matrículas efetivadas e, para o ano 2019, um total de 9.583, resultando em aumento de 6% de um ano para outro. Embora o número de cursos tenha diminuído significativamente de um ano para outro, o número de matrículas aumentou, e considera-se esse fator positivo.

4.5 Taxa de evasão PROEJA-Integrado 2018

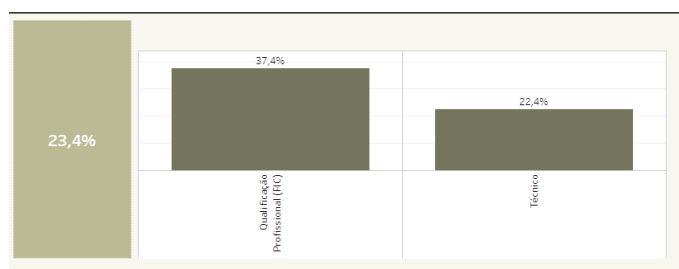


Figura 9: Taxa de Evasão PROEJA-Integrado 2018

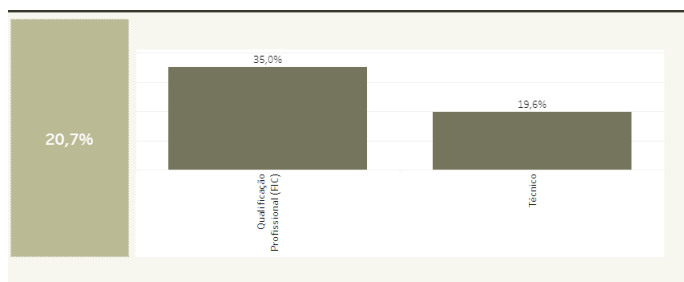


Figura 10: Taxa de Evasão PROEJA-Integrado 2019

A taxa de evasão de cursos sempre foi fator preocupante é motivo de profundos estudos. A PNP traz altos índices de evasão no ano de 2018, com 23,4% no âmbito total do PROEJA-INTEGRADO, e o que requer atenção é que 37,4% dos evadidos são da Qualificação Profissional (FIC) e 22,4% do Técnico. No ano 2019, o índice de evasão tem uma pequena queda para 20,7%, dos quais 35% Qualificação Profissional (FIC) e 19,6% Técnico.

Quando alunos evadem, a única certeza que se possui é que todos que estão envolvidos no processo educativo perdem, instituição, professores e alunos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Trata a Educação Profissional e Tecnológica, na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, de política pública, no âmbito da educação, fundamental para atender à demanda por formação dos sujeitos excluídos das outras modalidades. Embora já se tenha evoluído muito na organização, pesquisas, mudanças na legislação, muito ainda há para avançar em direção à consolidação da EJA EPT como política pública.

Considerando os dados produzidos na pesquisa, quanto à oferta de vagas e cursos, foi possível observar aumento considerável entre 2018 e 2019, fator que demonstra avanço em relação à implementação do PROEJA Integrado na rede federal; entretanto apenas uma instituição a mais, em relação ao ano anterior, passou a ofertar. Assim, é perceptível a reserva das instituições em relação ao curso.

Da mesma forma, pôde-se notar um aumento de matrículas. Demonstra maior interesse da população para a qual está voltada a EJA EPT, mas ainda se questiona o porquê da diminuição de oferta de cursos, se os que foram descontinuados tiveram pouca procura ou ainda haveria outro motivo impossibilitando a participação desses sujeitos nas formações, as quais levariam à qualificação e, conseqüentemente, a melhores condições de inserção no mundo do trabalho.

Entretanto, quanto à evasão, houve diminuição significativa em relação a 2018, demonstrando que os trabalhadores-estudantes tendem a concluir a formação que procuram. Apesar dessa melhoria, ainda a evasão permanece como um fator preocupante, considerando as condições dos sujeitos, pois, muitas vezes, saem do

trabalho (provavelmente braçal e pesado) direto para os bancos escolares. Dessa forma, consideram-se muitas as possibilidades de provável desistência.

Assim, a oferta de educação de qualidade pelas instituições é fator preponderante para a continuidade dos estudos para quem já ficou excluído em outros momentos da vida. São muitos os desafios para a continuidade da EJA EPT, tais como: condições de acesso e permanência, ações pedagógicas para auxílio nos estudos, bolsas que podem garantir passagens e alimentação e, especialmente, o currículo voltado para a formação integral desses sujeitos.

E é no entendimento de que a integração significa uma linguagem comum, coletividade, que os desafios da EJA EPT tornam-se instigantes, principalmente considerando que, nas instituições que a ofertam, sendo elas a maioria da rede federal, é preciso considerar a democracia institucional restrita, os limites da carga horária, inclusive para as reuniões pedagógicas, a existência ou não de uma unidade/coletividade por parte dos docentes e a avaliação que necessariamente precisa ser pensada pela ótica do acolhimento e da inclusão, ser formativa e entendida como mais um meio para que o professor possa perceber que conceito precisa ser retomado, não como uma finalidade da educação.

Entretanto, é indiscutível a existência de demanda para a modalidade aqui abordada, e mais ainda a necessidade de investimento público para a melhoria dos espaços, qualificação na oferta de EJA EPT, ações voltadas para a permanência desses trabalhadores-estudantes,, para que possam concluir os estudos com uma formação integral de qualidade. Só assim se construirá uma sociedade mais justa e solidária, em que, pouco a pouco, os distanciamentos sociais tendam a diminuir.

Por fim, vale lembrar que é o interesse e as ações de todos os envolvidos, especialmente do docente, em cuja responsabilidade pesa a organização e o desenvolvimento do ensino, que fortalecerá tão importante modalidade de ensino, para que possa realmente transformar os sujeitos, na ótica de emancipação pelo conhecimento. Da mesma forma, os gestores e governantes, no sentido de direcionar investimentos para que tão importante oferta de ensino não se extinga, ao contrário, fortaleça-se como política pública na educação.

6 REFERÊNCIAS

APPLE, Michael, W. A educação pode mudar a sociedade? Tradução de Lilia Loman. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

BRASIL. Plataforma Nilo Peçanha. <http://plataformanilopecanha.mec.gov.br/2018.html>

_____. Ministério da Educação. Documento Base da Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio. Brasília: MEC/Setec, nov.2007.

CUNHA, Marcus Vinicius. A Educação no Período Kubitschek: Os Centros da Pesquisa do INEP. R. bras. Est. pedag. Brasília, 72(1711:175-195, maio/ago. 199)

FONSECA, Celso Suckow. História do Ensino Industrial no Brasil. Rio de Janeiro: Escola Técnica, 1961.

MANFREDI, Sílvia Maria. Educação Profissional no Brasil: Atores e cenários ao longo da história. Jundiaí, Paco Editorial: 2016.

MARASCHIN, Mariglei Severo. Trabalho pedagógico na educação profissional: o Proeja entre disputas, políticas e experiências. 1 ed. Curitiba: Appris, 2019.